

Termo de Referência 121/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
121/2025	984767-PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA - MG	RAFAELA PIRES DE OLIVEIRA	03/06/2025 11:51 (v 1.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		PRC 113/2025

1. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 56/2025

PRC nº 113/2025

Requisição nº 26/2025	Secretaria requisitante: Secretaria Municipal de Assistência Social
Responsável pela demanda: Ana Paula Salvador Pedroni Castro	
E-mail: admsocial.leopoldina@gmail.com	Telefone: (32) 3441-5707

1 - OBJETO

1.1.O presente pedido visa a contratação de seguro para o veículo especificado neste Termo de Referência que compõe a frota da Secretaria Municipal de Assistência Social de Leopoldina-MG.

1.2. O Contratante declara que o objeto desta contratação não se enquadra na definição de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 5.085/22.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

1.4. Foi observado nesse processo o princípio da segregação de função.

Item	DESCRIÇÃO/	MARCA (SE APLICÁVEL)	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PRAZO DO CONTRATO	PRORROGAÇÃO (S/N)
	ESPECIFICAÇÃO					
01	<p>Seguro para Veículo FIAT TORO VOLCANO DIESEL 4x4 AT9 ANO 2025/2025;</p> <p>C H A S S I : 9882261SWSKG22824</p> <p>100% TABELA FIPE,</p> <p>DANOS MATERIAIS: R\$ 100.000,00, DANOS CORPORAIS R\$ 100.000,00, APP POR MORTE E INVALIDEZ PERMANENTE R\$ 20.000,00 POR PASSAGEIRO, DMH: R\$ 20.000,00, ASSISTENCIA 24 HORAS COMPLETA, FRANQUIA ATE R\$ 2.000,00 E</p> <p>SEGURO VIDROS</p> <p>PLACA: TEC8G81</p>		UN	1	12 meses	N

	CATSER 13943					
--	---------------------	--	--	--	--	--

2. - JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação do seguro se faz necessário tendo em vista que os veículos do município estão em constante deslocamento, tanto na sua área jurisdicional, como para outros municípios. Torna-se imprescindível a necessidade de cobertura de seguro para o mesmo, dando mais segurança ao atendimento e locomoção dos servidores, passageiros do município.

3. - SOLUÇÃO

3.1. Por meio de processo licitatório para aquisição dos itens contidos no tópico 1 deste Termo de Referência atenderemos a demanda da SMAS.

4. - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A futura contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

4.1.1-. Aqueles indicados nos arts. 68 da Lei nº 14.133/21 e os descritos no item 8.8 do edital.

4.2- A qualificação Econômico-financeira será demonstrada através da apresentação Certidão Negativa de Feitos Sobre Falência, expedida pelo distribuidor da sede do Licitante.

4.3-A empresa contratada deverá apresentar atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa forneça ou tenha fornecido, a contento, itens de mesma natureza do objeto desta contratação.

4.4 O licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentar atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa forneça ou tenha fornecido, a contento, itens de mesma natureza do objeto desta contratação;

Quanto aos requisitos da prestação do serviço em si, as empresas proponentes devem estar aptas a oferecer as seguintes coberturas:

4.5 O seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento dos passageiros e transporte do veículo até a oficina autorizada ou local adequado mais próximo do acidente, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas do seguro discriminados abaixo:

- Roubo ou furto total, bem como os danos causados pela tentativa de roubo ou furto, incluindo os vidros para-brisa, faróis, lanternas e retrovisores;**
- Colisão, choque, abalroamento, capotamento ou derrapagem;**
- Raios e suas consequências;**
- Incêndio e explosão, ainda que resultante de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;**
- Queda em precipício ou de ponte e queda de agentes externos sobre veículos;**
- Acidente durante o transporte de veículo por meio apropriado;**
- Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros;**
- Responsabilidade Civil (RCF – (danos materiais e pessoais));**
- APP (Acidente por Passageiro);**
- Submersão total ou parcial em água doce ou marítima proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardados em subsolos;**
- Granizo, furacão e terremotos.**

4.6 Deverão fazer parte da Composição do preço do Seguro, os seguintes itens:

- IS (Importância Segurada pelo Veículo, referente a 100% da tabela FIPE para cada veículo).
- RCF DM (Danos Materiais de Terceiros) - Valor mínimo: R\$ 100.000,00;
- DP (Danos Pessoais de Terceiros) - Valor mínimo: R\$ 100.000,00;
- APP Morte (por pessoa) - Valor mínimo: R\$ 20.000,00;
- APP Invalidez (por pessoa) - Valor mínimo: R\$ 20.000,00;
- Cobertura de reboque com quilometragem ilimitada.
- Cobertura básica de vidros (Para Brisa, Laterais e Traseiro) apenas para os veículos classificados como vans.
- Cobertura adicional para vidros (incluindo faróis, retrovisores e lanternas) – apenas para os veículos classificados como de passeio e utilitários.
- O seguro a ser contratado será referente tão somente ao chassi do veículo, não sendo considerado nenhum tipo de implemento (caçamba, carroceria etc...)
- A franquia será do tipo REDUZIDA.
- O veículo não possui Kit Gás.

4.7 Assistência 24 horas. A seguradora deverá fornecer assistência 24 (vinte e quatro) horas por dia e sete dias por semana em caso de pane ou colisão do veículo, devendo abranger socorro mecânico, chaveiro, táxi, guincho livre e transporte dos passageiros, com cobertura em todo o território nacional e sem limite de quilometragem.

4.8- Declaração de Garantia de no mínimo 01 (um) ano;

4.9- Honrar os bônus adquiridos no contrato vigente;

4.10- Especificar na proposta valor da importância segurada;

4.11- Enviar um representante no prazo de 24 horas, para atender aos chamados da Secretaria Municipal Assistência Social sempre que se fizer necessário;

4.12- Adotar as providências necessárias ao pagamento da indenização devida obedecendo aos prazos estabelecidos pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) após a entrega, por parte da Secretaria de Assistência Social, de todos os documentos comprobatórios da ocorrência do sinistro;

4.13- Permanecer como único e total responsável, perante a Secretaria de Obras e Assistência Social pela cobertura do seguro contratado, inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela quantidade e presteza no atendimento, principalmente quando da regulação dos sinistros porventura ocorridos e quanto ao pagamento da indenização devida;

4.14- Havendo sinistro que obrigue a realização de serviços, estes deverão ser executados obrigatoriamente em concessionária autorizada ou empresa credenciada indicada pela Seguradora, observando que a reposição de peças será executada utilizando-se de peças originais;

4.15- Prover condições que possibilitem o atendimento dos serviços a partir da data de sua assinatura do contrato;

4.16- Arcar com todas as despesas referentes à mão-de-obra, transportes, equipamentos auxiliares, seguros, taxas, tributos, incidências fiscais e contribuições de qualquer natureza ou espécie, encargos sociais, contribuições para a Previdência Social e demais despesas diretas ou indiretas inerentes aos serviços e quaisquer outros encargos necessários à perfeita execução de entrega do objeto do instrumento contratual, inclusive quanto à criação de novos encargos, ficando a Secretaria de Assistência Social excluída de qualquer solidariedade e responsabilidade civil, penal, fiscal, tributária ou trabalhista;

4.17- Responsabilizar-se por quaisquer danos que venha a causar a terceiros ou ao patrimônio da Secretaria de Assistência Social, reparando às suas custas os mesmos, durante ou após a execução dos serviços contratados sem que lhe caiba nenhuma indenização por parte da Contratante;

4.12. Com relação aos critérios de sustentabilidade, os produtos deverão respeitar as normas e os princípios ambientais, minimizando ou mitigando os efeitos dos danos ao meio ambiente, utilizando, sempre que possível e disponível, tecnologias e materiais ecologicamente corretos, bem como promovendo a racionalização de recursos naturais.

4.13 Não se vislumbra a ocorrência de possíveis impactos ambientais gerados pela contratação em estudo, contudo, a contratada deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e a saúde dos trabalhadores e envolvidos na execução do objeto.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1- O prazo de entrega das apólices é de até 15 (quinze) dias corridos, contados da emissão da Ordem de Fornecimento.

5.2- Entregar as apólices aos cuidados da Secretaria de Assistência Social: Rua Tiradentes, nº 112. CEP: 36.700-056 Leopoldina/MG, telefone: (32) 3441-5707.

5.3- Deverá ser emitida uma apólice para cada veículo constante neste termo de referência. Devendo constar nas apólices as seguintes informações:

- Identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações.
- Prêmios discriminados por cobertura.
- Bônus, quando houver;
- Franquia aplicável e reduzida.

A seguradora deverá colocar à disposição do Município, 24 horas por dia durante 07 dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro. A central poderá funcionar por e-mail, telefone ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional. A seguradora deverá atender em um prazo de até 24(vinte e quatro) horas após a comunicação do sinistro;

5.4- Após registro de sinistro por um dos meios acima elencados, a seguradora terá, no máximo, 05 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado;

Havendo a necessidade de reboque, a seguradora deverá atender imediatamente após o aviso de sinistro;

5.5- A franquia considerada é a reduzida, observado, no entanto, o seguinte:

5.5.1- A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio);

5.5.2- Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices, podendo ser ofertada, de acordo com análise por veículos e seus devidos bônus, franquias de valores menores;

5.5.3- Em caso de sinistro, o valor referente à franquia deverá ser pago pela Secretaria de Saúde, prioritariamente, à empresa autorizada que realizar o conserto;

5.5.4- Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão;

5.5.5- A franquia reduzida será paga pela Secretaria de Saúde para danos parciais dos veículos próprios, não haverá cobrança de franquia para danos materiais a terceiros.

5.6- Dos Riscos Cobertos: “SEGURO TOTAL”. O seguro deverá cobrir, no mínimo, os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, conforme segue:

5.6.1- Roubo ou furto total;

5.6.2- Danos causados por tentativa de roubos, furto, por força da natureza ou incidente, incluindo os vidros dianteiros, traseiros e laterais, retrovisores, faróis e lanternas;

5.6.3- Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto esteve em poder de terceiros, excluídas indenizações por danos materiais ou corporais causados a terceiros;

5.6.4- Colisão com veículos, pessoas ou animais, capotamento e abalroamento, ainda que com veículos da própria secretaria;

5.6.5- Raio e suas consequências;

5.6.6- Incêndio e explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;

5.6.7- Queda em precipícios ou de pontes e queda de agentes externos sobre o veículo;

5.6.8- Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado;

5.6.9- Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo.

5.6.10-- Granizo;

5.6.11- Responsabilidade Civil Facultativa (RCF – Danos Materiais e corporais);

5.6.12- Acidente Pessoal por Passageiro (APP – Morte ou Invalidez);

5.6.13- Queda acidental sob o veículo de qualquer objeto ou substância que dele não faça parte integrante ou esteja nele afixado.

5.7- Em casos em que trata o subitem acima, a seguradora deverá providenciar a devida higienização quando o sinistro não atingir o valor da franquia. Sua utilização não implica em perda de bônus para o segurado.

5.8- Da Assistência 24 horas:

5.8.1- Cobertura adicional de assistência 24 horas, em território nacional, independentemente do local onde se encontrar o veículo segurado, com os seguintes serviços mínimos:

- a) Chaveiro;
- b) Serviço de borracharia;
- c) Reboque 24 horas mediante guincho ilimitado e/ou transporte do veículo segurado, em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica;
- d) Transporte da(s) pessoa(s) segurada(s) por imobilização do veículo segurado;
- e) Transporte da(s) pessoa(s) segurada(s) por roubo ou furto do veículo.

5.9- A CONTRATADA deverá entregar a(s) apólice(s), aos cuidados da Secretaria Municipal de Assistência Social no endereço: Secretaria de Assistência Social: Rua Tiradentes, nº 112. CEP: 36.700-056 Leopoldina/MG, telefone: (32) 3441-5707.

5.10- O fato de a seguradora deixar de entregar a apólice, não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos no contrato de seguro a ser celebrado, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos bem como a aplicação das penas previstas em lei;

5.11- O Município reserva o direito de não receber os bens contratados com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes neste Termo, podendo aplicar as sanções cabíveis;

5.12- Nos valores propostos pelos fornecedores deverão estar inclusos todos os custos logísticos, operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;

5.13- Declaração de Garantia de no mínimo 01 (um) ano;

5.14- A proposta comercial terá validade de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua entrega;

5.15- Os produtos ofertados devem estar em acordo com as especificações do objeto;

6. VIGÊNCIA DO OBJETO

6.1. O prazo de execução do contrato será de 12 (doze) meses, podendo haver prorrogação de acordo com o art. 192 do decreto 5.188.23 e seus incisos.

7. GESTÃO DO CONTRATO

7.1. Observado o disposto na legislação, a gestão do contrato será realizada pela Secretaria de Assistência Social

7.1.1. As atribuições do gestor do contrato são aquelas previstas no art. 20 do Decreto Municipal nº 5.190/23.

7.2. A fiscalização do contrato será exercida pelo Auxiliar Administrativo Diego.

7.3. O Fiscal do Contrato será responsável pelo acompanhamento da execução contratual, desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo, com autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação, controle e fiscalização;

7.4. O fiscal de contrato comunicará à contratada, por escrito, preferencialmente via e-mail, as deficiências porventura verificadas na execução dos serviços, para a imediata correção, sem prejuízo das sanções cabíveis;

7.5. Compete ao Fiscal desempenhar as atribuições previstas no art. 21 do Decreto Municipal nº 5.190/23.

7.6- Atestar a(s) apólice(s) relativas à execução do objeto;

7.7- Permitir e facilitar a vistoria dos veículos a serem segurados;

7.8- Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições estabelecidas neste Contrato;

7.9. A presença da Fiscalização não elide nem diminui a responsabilidade da Contratada.

7.10. O Município reserva o direito de não receber os bens contratados com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes neste Termo, podendo aplicar as sanções cabíveis;

7.11. Os produtos deverão ser novos, entregues devidamente embalados, acondicionados e transportados com segurança e sob a responsabilidade da Contratada. O Contratante recusará os produtos que forem entregues em desconformidade com este Termo de Referência; *(incluir essa cláusula apenas no caso de compras)*.

7.12. Nos valores propostos pelos fornecedores deverão estar inclusos todos os custos logísticos, operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;

8. - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. O pagamento decorrente da concretização do objeto adquirido será efetuado pela Tesouraria, em parcela única, conforme nota fiscal/fatura, em até 30 (trinta) dias úteis após o recebimento definitivo;

8.2. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela Contratada em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal;

8.3. O gestor e/ou a Contabilidade, identificando qualquer divergência na nota fiscal/fatura, deverá devolvê-la à Contratada para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado acima será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício;

8.4. O pagamento devido pelo Município será efetuado por meio de depósito em conta bancária a ser informada pela Contratada ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes;

8.5. Os pagamentos ao contratado somente serão realizados mediante a efetiva prestação dos serviços e/ou entrega dos produtos, nas condições estabelecidas, o que será comprovado por meio de atestação em documento correspondente, emitida pelo gestor de contrato do Município;

9. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. O fornecedor será selecionado através de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de menor preço por item observadas as especificações e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital do Certame e seus anexos;

9.2. Não será permitido a participação de Consórcios. A ausência dos consórcios não importará prejuízo ao certame visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital, o que não se aplica ao presente caso:

9.2.1. Cabe ao administrador público avaliar a conveniência e a oportunidade em torno da admissão ou não de consórcios, em face do vulto e/ou complexidade técnica do objeto do certame, sempre levando em consideração o interesse público. Voltando-se para a análise da situação no caso em exame o objeto do certame, aquisição de materiais de consumo, não se esbarra nas questões de maior vulto e de maior complexidade técnica, a justificar a necessidade de formação de empresas em consórcio para participação na licitação, de forma a unir esforços para se conseguir somar qualificações econômico-financeiras e qualificações técnicas;

9.2.2. Ademais, o consórcio, dada a transitoriedade que lhe é peculiar, mostra-se mais apropriado para consecução de objeto certo e determinado no tempo, a exemplo de obras, diversamente do que ocorre na espécie, onde se busca a contratação de serviços que rotineiramente farão parte das atividades do órgão licitado.

9.3 A presente licitação é de participação para ampla concorrência, tendo em vista o objeto em questão, portanto, não tem como aplicar a divisão de cota de 25 % para microempresas – ME, empresas de pequeno porte – EPP ou equiparadas.

9.4 Será admitida nesta licitação a participação de Cooperativas que preencham os requisitos do art. 16 da Lei nº 14.133/21.

10- estimativas do valor da contratação

10.1- Metodologia

Na forma do art. 23, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, o valor estimado da contratação é o descrito na tabela abaixo, referente ao preço obtido por meio de pesquisa com 3 (três) fornecedores no painel de preços, mediante solicitação formal de cotação, conforme documentos anexos.

Item	Valor R\$	Unidade	Quantidade	Valor global R\$
1	R\$ 4.394,70	Un.	01	R\$ 4.394,70

10.2- Razão da escolha

Os profissionais que ofertaram os orçamentos comercializam os produtos constantes neste Termo de Referência. O valor estimado da contratação foi obtido com ao menos três preços distintos, conforme determina o art. 38 do Decreto Municipal nº 5.188/23.

10.3- Da data dos orçamentos

Os orçamentos foram colhidos antes de decorridos 06 (seis) meses da contratação.

10.4 - Matriz de riscos

10.4.1 Considerando que a presente contratação se trata da prestação de serviço comum, que não se enquadra como de grande vulto, e tendo em vista que não foram adotados os regimes de contratação integrada e semi-integrada, sobretudo porque a análise pormenorizada dos riscos revela-se incompatível com a natureza do objeto, dispensa-se a elaboração de matriz de risco, nos termos do art. 22, caput, e § 3º, da Lei nº 14.133/21, e conforme art. 150, § 4º, inciso I, do Decreto Municipal nº 5.180/23.

10.4.2 O ônus financeiro decorrente da revisão do valor contratado para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, na forma do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/21, poderá ser suportado pelo CONTRATANTE em caso de elevação extraordinária dos custos, e pelo CONTRATADO em caso de redução, observadas as diretrizes dos arts. 172 e ss. do Decreto Municipal nº 5.180/23.

11- Adequação orçamentária

A dotação orçamentária que suportará o custo da contratação é a referente à Ficha 932 – Recurso FNAS / PBF – Conta nº: 31.018-2.

Leopoldina/MG, dia 30 de abril de 2025.

Ana Paula Salvador Pedroni castro

Secretária Municipal de Assistência Social

2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANA PAULA SALVADOR PEDRONI CASTRO

Secretária Municipal de Assistência Social